

# POLÍTICA

## CASO BRANDO

# MP aciona Polícia Federal para investigar notas frias

Denúncia do Jornal Ribeirão revelou acusações de ex-assessoras; parlamentar segue em silêncio

ANGELO LOPES

A Polícia Federal deve conduzir a investigação sobre as denúncias envolvendo o vereador Brando Veiga (Republicanos), acusado de utilizar indevidamente funcionárias da Câmara e apresentar notas fiscais de serviços não realizados para justificar gastos na campanha eleitoral de 2024. A apuração será federal devido à natureza eleitoral do suposto desvio, que envolve recursos públicos do Fundo Eleitoral.

O Ministério Público Eleitoral informou que tomou ciência da denúncia por meio de reportagem do Jornal Ribeirão e já encaminhou ofício à Polícia Federal solicitando a instauração de inquérito. Caso as irregularidades sejam confirmadas, Brando Veiga poderá responder por crimes como peculato e abuso de poder político — cujas penas somadas podem ultrapassar 12 anos de reclusão, além de multa, e, no âmbito eleitoral, perda de mandato e sus-

penção dos direitos políticos por até oito anos.

Segundo o relato de ex-assessoras do parlamentar, elas teriam sido obrigadas a trabalhar na produção de material eleitoral durante o horário de expediente na Câmara, sem qualquer registro nas prestações de contas, caracterizando uso indevido de servidores públicos para fins eleitorais. Uma das denunciadas afirmou ter questionado o vereador diretamente e encaminhou o relato também por e-mail a dirigentes do Republicanos e da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

A reportagem apurou ainda que um obreiro da Universal, ligado ao vereador, teria sido orientado a emitir notas fiscais com o objetivo de encobrir o uso das funcionárias. Segundo a denúncia, ele teria apresentado duas notas fiscais, em nome de sua esposa, no valor de R\$ 6 mil cada, como justificativa contábil para os serviços realizados. Tanto o obreiro quanto a esposa negam.



Brando Veiga, vereador em Ribeirão Preto, durante sessão da Câmara: ele será investigado pela Polícia Federal

### VEREADOR IGNORA QUESTIONAMENTOS

O Jornal Ribeirão procurou Brando Veiga e Josélia Veiga, tesoureira do diretório municipal do Republicanos, mas não obteve retorno. O presidente estadual do partido, Roberto Carneiro, também não respondeu, alegando compromisso na Assembleia Legislativa de São Paulo.

A reportagem também tentou falar com a Polícia Federal, através de e-mail, solicitando os próximos passos da investigação e a confirmação da abertura do inquérito, mas não houve resposta, até o fechamento da edição.

### ENTENDA O CASO

Brando Veiga (Republicanos), vereador e representante da Igreja Universal do Reino de Deus no Legislativo de Ribeirão Preto, foi denunciado por duas ex-assessoras por uso indevido de servidoras da Câmara em sua campanha de reeleição. Além disso, ele teria utilizado notas fiscais “frias” emitidas por uma fiel da igreja para justificar R\$ 12 mil em gastos com marketing digital.

As assessoras, que preferiram não se identificar, alegam que produziram materiais para redes sociais e outras peças de campanha por ordem direta do vereador, durante o expediente. Também afirmam que ele reconheceu o erro quando confrontado.

As notas fiscais, emitidas por Ana Caroline Freire Chagas Luiz, esposa do obreiro Thiago Luiz, são datadas de setembro e outubro de 2024. A empresa de Ana Caroline está registrada em um imóvel abandonado, onde vizinhos afirmam jamais ter havido qualquer atividade comercial.

As ex-assessoras apresentaram documentos, mensagens e registros cartoriais que sustentam as acusações. O Ministério Público Eleitoral abriu investigação após a denúncia do Jornal Ribeirão e encaminhou o caso à Polícia Federal.

### Obreiro confirma vínculo com Brando

O Jornal Ribeirão ouviu o obreiro Thiago Lucas Chagas Luiz, suspeito de fornecer as notas fiscais irregulares à campanha de Brando Veiga. Ele negou a fraude, mas confirmou ter atuado na campanha do vereador:

“Conforme já esclare-

cido — inclusive pela sua reportagem — prestei, dentro das minhas possibilidades de tempo, auxílio pessoal à campanha do vereador Brando Veiga, o que é plenamente legítimo para qualquer cidadão politicamente engajado.”

### Responsável pelas notas se defende

Ana Caroline Luiz, microempreendedora responsável pela emissão das notas, declarou que atua de casa e já atendeu “diversos clientes”, sem apresentar nomes. Segundo ela, prestou “consultoria estratégica” ao vereador.

“Se o cliente utilizou outras pessoas [...] isso foge à nossa alçada”, declarou, em

nota. “O que o cliente fez ou deixou de fazer, no âmbito interno de seu gabinete ou na sua prestação de contas, não nos diz respeito”.

Ana Caroline afirmou que pagou os impostos devidos pelas notas emitidas, disse que as acusações são “tendenciosas” e prometeu acionar judicialmente os responsáveis pelas denúncias.

## EM FLAGRANTE

# Aposentado por invalidez, vereador é denunciado após roçar mato

O vereador Junin Dede (PL), policial militar aposentado por invalidez devido a lesões no ombro, publicou nas redes sociais um vídeo em que aparece realizando serviço de roçada de mato no bairro Quintino Facci. A ação foi denunciada por um cidadão à Corregedoria da Polícia Militar, que deve apurar se há indícios de capacidade para o trabalho — o que pode levar, inclusive, à reversão da aposentadoria.

Na postagem, feita na segunda-feira (11), Dede aparece operando uma

máquina de cortar grama na entrada do Quintino.

“**Infelizmente, a máquina quebrou no meio do caminho e tive que interromper esse trabalho no meu dia de folga. Continuarei usando meus dias de folga para fazer o que deveria estar sendo feito**”, escreveu o parlamentar, aproveitando para criticar o prefeito Ricardo Silva (PSD): “**Juntos, mostraremos o que o TikTok tenta nos enganar**”.



Junin Dede (PL), vereador em Ribeirão Preto, durante roçada de mato

### DENÚNCIA

Na época policial militar, Dede foi reformado como cabo após um confronto com um criminoso ocorrido em 2014 no qual sofreu uma lesão no ombro. Laudos periciais atestaram a incapacidade permanente para o exercício da função.

A reforma foi concedida em 2017. Já em 2020, o vereador obteve judicialmente o direito a uma promoção a 3º sargento, com base no entendimento de que a lesão ocorreu em serviço.

Com a divulgação do vídeo, a situação pode ser reavaliada. Segundo especialistas ouvidos pelo JR, caso seja constatada a recuperação da capacidade laborativa, a aposentadoria pode ser revista.

A Corregedoria da PM informou que não comenta procedimentos administrativos. O vereador também foi procurado, mas não comentou.